

SUPERINTENDÊNCIA NORTE PERSEGUE GERENTES QUE FIZERAM GREVE

Sindicato repudia retaliações na Caixa

Abusos já compõem pauta de debates no movimento sindical bancário em caráter nacional

VANOR CORREIA

Após tirar a função de um gerente-regional por telefone, a Superintendência Regional Rio de Janeiro Norte (SR Norte) da Caixa passou a perseguir os gestores que participaram do movimento de greve contra o RH 184, ocorrido no Rio durante a Campanha Salarial de 2016. A SR Norte destituiu a bancária Simone Saturnino foi destituída do cargo de gerente-geral e também rebaixou o gestor que obteve o segundo melhor resultado da superintendência Norte.

A presidente do Sindicato, Adriana Nalesso, reafirma seu compromisso de encaminhar a luta contra o RH 184 e manifesta seu total apoio aos empregados da Caixa, contra abusos e perseguições em retaliação a quem exerceu seu direito de fazer greve.

No último dia 4, o vice-presidente de rede, Henrique Cruz, disse em mensagem de vídeo, transmitida ao vivo para os gestores de todo o país, que o movimento grevista não havia sido apagado da memória da direção da empresa. Apenas um dia depois, a SR Norte colocou em prática o discurso adotado na área: retirar funções e retaliar os gestores que participaram da greve histórica ocorrida no Rio, fazendo as primeiras vítimas da nova versão RH184 em sua gestão.

À época das paralisações, gestores da superintendência regional Sul sofreram retaliações, perdendo suas eventualidades e oportunidades de substituição. Muitos foram transferidos de unidades. Gestores da superintendência Oeste foram perseguidos e ameaçados. Agora a regional Norte, onde houve a segunda maior adesão à paralisação, sofre com o autoritarismo e o desrespeito aos direitos dos trabalhadores. Profissionais competentes são punidos sem critérios, justificativas ou qualquer oportunidade de defesa.

A atitude da superintendência gerou comoção e manifestos de repúdio por todo o Rio de Janeiro e outros estados. Não somente empregados da Caixa como algumas entidades representativas, entre elas a APCEFF/RJ e o Sindicato, demonstraram revolta com as tais retaliações pelas redes sociais, grupos digitais e outros meios de comunicação.

O Sindicato dos Bancários do Rio repudia os fatos ocorridos e acompanha esta e outras situações e agirá decididamente para evitar



Matileti fala a milhares de grevistas que abraçaram o prédio da Barroso no dia 6 de novembro de 2016 contra o RH 184

que venham a ocorrer novamente. Por isso, conclama todos os bancários e bancárias a manterem a mobilização contra o RH 184, em defesa da Caixa 100% Pública e contra atos de autoritarismo como os da SR Norte.

O vice-presidente do Sindicato, Paulo Matileti, disse que essas denúncias já cons-

tam de uma pauta de discussão do movimento sindical nacional. “A greve é um direito constitucional garantido a todo trabalhador, independentemente de cargo ou função, assim como a participação das atividades sindicais”, disse. (Leia mais na página 2)

Itaú tenta burlar direito a folga previsto na CCT

Além de cortar milhares de postos de trabalho e ter o assédio como prática institucionalizada o Itaú vem lançando mão de artifícios para desrespeitar o direito dos funcionários a uma folga por ano. Em 2016, impôs a muitos bancários que gozassem do descanso previsto na cláusula 24 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), no dia 30 de dezembro, quando não houve expediente bancário.

A denúncia foi feita ao Sindicato que estuda que medidas tomar. “É uma covardia absurda do Itaú, que tenta vender em sua publicidade uma imagem de banco que respeita os funcionários. Este exemplo mostra como isto é falso. A folga é garantida na CCT e tem que

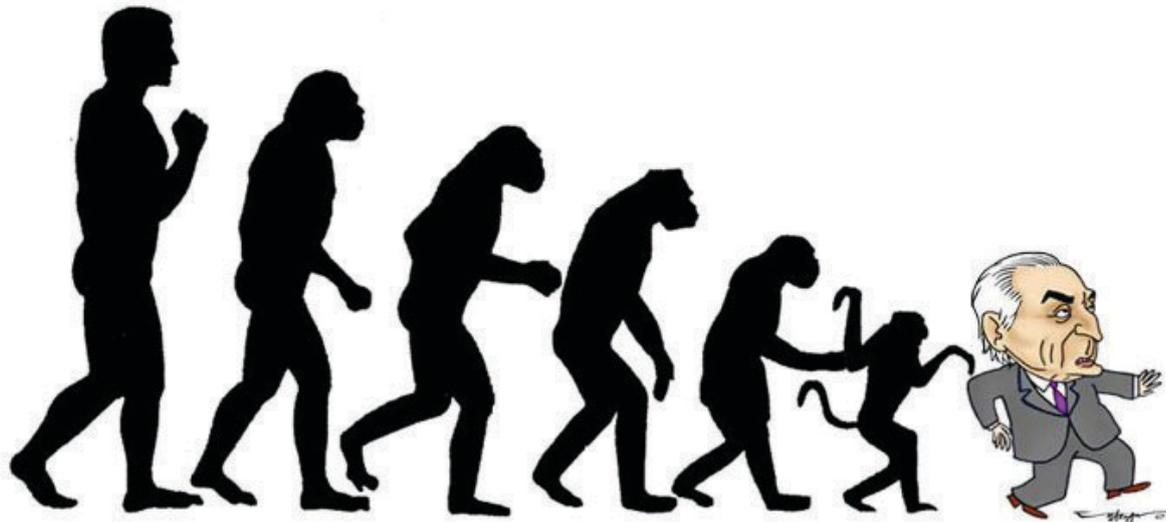
ser respeitada. Vamos exigir a suspensão desta prática”, advertiu o diretor do Sindicato, Ronald Carvalhosa.

É DIREITO

O dia de folga, pelo que determina a cláusula 24 da Convenção, não pode ser imposto, sendo resultado de entendimento entre o gestor e o bancário. Muito menos fazer a folga coincidir com um dia em que não haja expediente.

Tem direito à folga assiduidade todo empregado sem falta injustificada no ano anterior. Em seu parágrafo terceiro diz, ainda, que este direito não poderá ser convertido em dinheiro, nem adquirir caráter cumulativo, nem ser usado para compensar faltas em serviço.

Com Temer, salário mínimo não tem mais aumento real



O ataque do governo golpista de Michel Temer aos direitos dos trabalhadores continua. Agora o alvo foi o salário mínimo, que, pela primeira vez, após 13 anos, deixou de ter aumento real (acima da inflação). De R\$ 880, o valor passou para R\$ 937: um reajuste de 6,48%. O percentual teve a mesma variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação.

O maior aumento real ocorreu em 2006. Foi de 13,04%. O menor foi em 2016, de 0,36%. Segundo o Dieese, com o novo valor de R\$ 937 e considerando uma taxa mensal da inflação

medida pelo INPC para dezembro em 0,05%, o mínimo acumulou ganho real de 77,17% desde 2003. Esta elevação se deveu a uma política de governo, iniciada no primeiro mandato de Lula, em 2003, de valorização do salário mínimo que vinha tendo antes, ao longo de décadas, o seu poder de compra reduzidíssimo, em função dos seguidos planos que incluíam o arrocho salarial como parte integrante.

A política de valorização do mínimo, distribuidora de renda e promotora de inclusão social foi definitivamente descartada pelo governo Temer, cujo projeto vai na direção

contrária: tem como meta concentrar renda, enriquecendo ainda mais os ricos, como os banqueiros, aumentando a exploração, a pobreza, a miséria e a fome.

IMPACTO SOBRE OS DEMAIS SALÁRIOS

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), seria necessário um salário mínimo de R\$ 3.992 para prover as necessidades de uma família com até quatro pessoas, e pagar todas as despesas fundamentais, como alimentação, saúde, educação, moradia, previdência, higiene, transporte e vestuário. Este cálculo dá uma clara ideia do valor rebaixado do piso salarial no Brasil.

O aumento do mínimo gera um efeito positivo em toda a economia. Além de ser uma referência para os demais salários, a sua elevação corresponde a R\$ 35 bilhões de incremento de renda na economia e R\$ 18,865 bilhões de aumento na arrecadação tributária sobre o consumo. Ou seja, melhora a qualidade de vida de milhões de famílias, fortalece o mercado interno, sendo um elemento que auxilia no crescimento da economia e aumento dos investimentos públicos em infraestrutura, saneamento, educação, saúde e habitação.

Caixa veta avanços no Grupo de Trabalho sobre descomissionamento

No momento em que crescem os boatos de reestruturação na Caixa, a estatal vetou avanços em uma proposta final contra descomissionamentos arbitrários. Na última reunião do Grupo de Trabalho que trata do tema, realizada ainda em dezembro passado, em Brasília (DF), o banco tentou mais uma vez impor unilateralmente a nova versão 33 do RH 184. A Caixa insiste na tese do “justo motivo” para continuar com a prática. O que foi apresentado pelo banco, portanto, não contempla a proposta construída a partir das reivindicações da categoria, colhidas em uma ampla consulta nacional.

A Contraf/CUT protestou contra a postura intransigente da empresa. A avaliação é de que não dá para fechar acordo com base na insistência da Caixa em fazer trabalho por

demanda e em querer oficializar a quebra de caixa, tema que em nenhum momento foi objeto de debate. Outra arbitrariedade que o banco insiste em manter é a dispensa de função gratificada ou cargo comissionado da gestante a qualquer tempo, inclusive durante a licença-maternidade.

O único avanço registrado foi no que diz respeito à questão de que o apontamento deve ser aplicado em dois momentos, com intervalo de no mínimo 60 dias, entre eles, dentro do período de 730 dias, observada a recorrência dos fatos que levaram ao primeiro apontamento. Foi acatada apenas, portanto, a sugestão que estabelece a perda da função já numa análise preliminar, só podendo ocorrer após apuração de processo contra o empregado, com base em uma segunda opinião.

Pela proposta, porém, fica mantido o julgamento subjetivo, e não está assegurado o valor da função e tampouco a incorporação da remuneração proporcional no caso dos empregados com mais de 10 anos de função. A avaliação semestral conforme os quesitos exigidos nos editais dos processos seletivos internos, respeitando as especificidades de cada área, diferenciando funções técnicas das demais, também não foi contemplada. “Os representantes dos empregados foram enfáticos em sustentar que deve ser instituído um processo de valorização da carreira do empregado com função gratificada, que sofre, pelo contrário, ataque da Caixa. Precisamos nos mobilizar para sustentar nossos pontos de vista”, disse o diretor da Fetraf RJ/ES, integrante da Comissão de Empresa, Ricardo Maggi.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso - **Sede** - Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 - Centro - Fax (Redação): (021) 2103-4112 - **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) - **Subsede de Campo Grande:** Rua Manai, 180, CEP: 23052-090 - Campo Grande - Tel.: 2415-0725 - 2415-0159 - **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) - Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Estagiária:** Larissa Rodrigues - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca - Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 - Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 - Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 - Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 - Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 - **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 22.000**

BB: Sindicato apoia Fabiano Félix para Caref



De 23 a 27 deste mês o funcionalismo do Banco do Brasil vai eleger o futuro Conselheiro de Administração Representante dos Funcionários (Caref) da empresa. A votação será em sistema eletrônico disponibilizado pelo BB para

trabalhadores da ativa.

É importante eleger um candidato que lute contra o desmonte e a privatização e que tenha experiência e habilidade de negociador. Por isso mesmo o Sindicato e a maioria do movimento sindical

apoiam Fabiano Félix (F31540 29). Com 41 anos, ingressou no BB em abril de 2000. É formado em Física e em Direito, com MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV. Exerceu as funções de gerência média

em diversas agências de Recife. É Gerente de Núcleo na Super PE.

Foi secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Pernambuco e membro do Conselho de Usuários da Cassi por dois mandatos e presidiu o Conselho Fiscal da Previ, como representante eleito pelo funcionalismo. Em 2014 foi eleito para o Conselho Deliberativo da Cassi, órgão que preside até o momento, e, no cargo, conduziu a aprovação das soluções para a situação financeira do Plano de Associados, negociadas pelas entidades representativas.

DIÁLOGO

Para Fabiano, é de fundamental importância trabalhar para mudar a cultura impositiva hoje existente no Conselho de Administração, substituindo-a pela de diálogo permanente. “As estratégias de atuação do banco são definidas pelo Conselho sem levar em conta o que desejam os mais de cem mil colegas que diariamente se relacionam com os clientes e ouvem as suas necessidades”, explicou.

Os representantes dos trabalhadores têm mandato de dois anos e, entre suas funções está a fiscalização da execução da política geral de negócios e serviços da instituição financeira. “Sou candidato ao Caref para levar a voz e as preocupações de cada funcionário até a alta administração do banco”, afirma, acrescentando que o Caref é um espaço de representação valioso conquistado nas empresas públicas e precisa ser utilizado para questionar e debater as políticas do BB sob a ótica dos funcionários e alterá-las.

DIREITO CONQUISTADO

A eleição de um representante nos conselhos de administração das empresas estatais – como Banco do Brasil, Caixa, Petrobras e outras – é uma conquista da CUT e outras centrais sindicais. A reivindicação foi contemplada por meio da Lei 12.353, aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2010 e sancionada nesse mesmo mês pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Propostas para defender os funcionários e o BB público

- Levar a voz dos funcionários à alta administração do banco.
- Por uma política de gestão de pessoas que valorize os funcionários.
- Lutar para que o relacionamento da direção do banco com os funcionários seja pautada pelo diálogo em vez da imposição.
- Por uma política efetiva de equidade de gênero no BB. Mais mulheres na administração.
- Lutar para que processos de reestruturação preservem os empregos e respeitem os direitos e remuneração dos funcionários.
- Orçamento e acordos de trabalho definidos democraticamente, com debate e interferência dos funcionários de cada unidade do banco.
- Combater o assédio moral e a imposição de metas irreais e opressivas.
- Contra o desmonte do banco e contra a sua privatização.
- Defender o BB como instituição pública a serviço da sociedade.
- Fortalecer o BB como a principal instituição de crédito a vários segmentos da economia.
- Definir políticas para que o BB seja o agente da retomada do crescimento econômico e geração de emprego e renda.
- BB digital com proteção aos funcionários.

Chapa 1 defende os interesses de todos os empregados e da Caixa Pública



“O Conselheiro(a) deve representar todos os empregados(as) e não apenas um segmento”

EM DEFESA DA CAIXA 100% PÚBLICA E DE TODOS OS EMPREGADOS

vote chapa
1 titular
Rita Serrano
suplente
Orency Francisco

Eleição para representante dos empregados - CA Caixa

De 16 a 20 deste mês, os empregados da Caixa vão às urnas para eleger o representante no Conselho de Administração (CA). O primeiro turno contou com o comparecimento de 29,57% do quadro de pessoal, ficando duas chapas para o segundo turno. Pela **Chapa 1**, Rita Serrano, há 28 anos na Caixa. Ela foi presidente do Sindicato dos Bancários do ABC e ocupou várias funções na empresa. Graduada em História, Rita é mestra em Administração. Tem especialização em governança pelo curso para conselheiros de administração ministrado pelo Instituto de Governança Corporativa. Atualmente é suplente do CA.

Como suplente, integra a **Chapa 1** Orency Francisco, 32 anos de banco, formado em direito, pós-graduado em gestão de pessoas e estratégias de saúde. É ainda especializado em direito da Medicina. Foi diretor do Sindicato dos Bancários de Mato Grosso e presidente da Federação dos Bancários do Centro-Norte e da CUT de Mato Grosso.

Entrevistada pelo **Jornal Bancário**, Rita falou da campanha no segundo turno, enfatizando que na alta gestão da Caixa, a **Chapa 1** representará todos os empregados e defenderá a Caixa 100% pública. Estas, para ela, são características que diferenciam a **Chapa 1** dos adversários que defendem determinados segmentos da estatal.

Como está a campanha da Chapa 1 para

o Conselho de Administração neste segundo turno?

Rita Serrano - Bem, no primeiro turno foram inscritas 49 chapas. A **Chapa 1** é uma das duas mais votadas. No primeiro turno, a **Chapa 1** teve o apoio da grande maioria das entidades representativas dos empregados, sindicatos, APCEFs, Contraf e Fenae. Neste segundo turno, o apoio ampliou. Entendemos que nossa legitimidade vem da união dessas entidades para nos apoiar. A **Chapa 1** é a que representa todos os empregados, e as entidades que nos apoiam são ligadas a centrais sindicais e de regiões diferentes, o que torna ainda mais rico o debate em torno da nossa candidatura.

O que está em jogo na atual eleição de um representante dos empregados no Conselho de Administração?

Rita Serrano - O que está em jogo é distinguir, na disputa, quem tem, ou não, legitimidade, representatividade e de fato compromisso com os empregados e com a defesa da Caixa 100% Pública. É definir quem vai ter independência para levar para a alta gestão a visão e o interesse dos empregados. É isso que é muito diferente de votar numa chapa de pessoas com igual visão da direção da empresa, pessoas que compactuem com o modelo de governança de gestão privada, que esse governo defende. É fundamental que o conselheiro eleito dialogue com todos os

trabalhadores, não apenas com um segmento.

Nesse sentido, qual seria o grande desafio deste segundo turno?

Rita Serrano - O maior desafio é conseguir sensibilizar os trabalhadores a votar de 16 a 20 deste mês de janeiro. Fazê-los compreender que essa eleição é um passo muito importante na luta em defesa da Caixa 100% Pública e dos direitos dos trabalhadores que estão ameaçados.

Neste momento de privatária, o conselheiro eleito não ficaria muito isolado, tendo suas iniciativas tolhidas?

Rita Serrano - O conselheiro tem duas funções primordiais: democratizar a gestão e fiscalizar a utilização dos recursos públicos. Sendo ele comprometido com todos os trabalhadores, terá que levar para o debate da estratégia da empresa as demandas dos empregados. Ele irá para o CA para defender uma Caixa sustentável e com condições de trabalho dignas. Se contar com o apoio dos empregados e das entidades representativas, o conselheiro não ficará isolado.

E sobre a campanha “Se é público é para todos”? Você pode fazer um balanço dela?

Rita Serrano - Para falar dessa campanha, é preciso falar do Comitê Nacional em Defesa das empresas públicas, que está completando um ano neste janeiro. Apesar do pouco tempo, as demandas do período, agudizadas pelo golpe institucional no país, fizeram com que as ações que o Comitê protagonizou ganhassem alcance nacional e internacional, uma vez que o ataque a bens, serviços e empresas públicas foi (e continua sendo) a tônica desde 2016.

Com que objetivo o Comitê foi criado?

O Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas nasceu para unir forças contra o Projeto de Lei do Senado (PLS) 555, que viria a se tornar a Lei de Responsabilidade das Estatais (Estatuto das Estatais), o Comitê aglutinou muitas outras lutas, todas relacionadas à questão do que é público e que deve continuar a sendo público no Brasil. Assim, projetos como o da abertura de exploração do pré-sal a empresas estrangeiras; PEC do Teto (que congela investimentos no setor público em áreas essenciais) e questões relacionadas à cidadania e direitos dos trabalhadores foram sendo encampadas. A adversidade criou o comitê e a diversidade nos uniu, dando unidade à nossa luta. Desde a movimentação inicial, contra o PLS 555, foi possível avançar. Em junho de 2016, o Comitê também foi responsável pelo lançamento da campanha “Se é público, é para todos”.

E como foi a repercussão do Comitê?

A iniciativa reuniu centenas de categorias de trabalhadores e se espalhou pelo Brasil. Chegou até a Argentina. Foram dezenas de encontros e debates pelo País, atingindo 14 estados e mais de 20 regiões. Envolveu sindicalistas, intelectuais e especialistas com foco na defesa do que é público. Desse grande movimento surgiram comitês locais e regionais, vários deles vinculados a sindicatos bancários e que prosseguem em atividade, formando uma grande rede nacional em defesa das empresas e serviços públicos. Em 2017 teremos novos enfrentamentos contra a privatização do que for possível. Mas resistimos e continuaremos a resistir, com perseverança e coragem. Juntos podemos mais!